

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*).

GYLES (Mary Francis). — **Pharaonic Policies and Administration, 663 to 323 B. C.** Coleção "The James Sprunt Studies in History and Political Science", vol. n.º 41. Chapel Hill. The University of North Carolina Press. 1959. VIII + 120 pp.

O estudo dos aspectos políticos e religiosos do Estado egípcio ultimamente têm interessado muitos historiadores, mas êles na sua grande maioria se preocupam mais com os séculos iniciais e o apogeu da História egípcia, deixando de lado o fim das dinastias nacionais. O presente trabalho, precisamente, procura estudar êsse período abandonado, sendo êsse um dos maiores méritos da obra.

O período saíta (663-323 a. C.) não é muito conhecido. Praticamente sabíamos dêle o que Heródoto narrava na sua obra. As razões dêsse desconhecimento são simples: poucos monumentos e poucos textos, e êstes muitas vêzes fragmentários. O período saíta foi, pois, esmagado pelo pêso do passado glorioso do Velho e Médio Império Egípcio.

Mas, recentemente, ficou ressaltada a importância das relações do Egito com Babilônia, Grécia, Judéia, Pérsia, mais pela ampliação dos nossos conhecimentos dessas regiões do que prôpriamente do Egito e o interessante é que essas informações ampliam extraordinariamente o que sabemos sôbre os três últimos séculos da História do Egito independente.

A Autora se propôs, pois, a estudar o Egito nesse período difícil da sua História, em que êle lutou tenazmente pela sua independência contra o imperialismo dos seus vizinhos, sendo muitas vêzes envolvido em lutas que tiveram início em regiões bem distintas do vale do Nilo. Estudou a Autora as relações da XXVI dinastia com Babilônia, Jerusalém e os países mediterrâneos. Estudou também a invasão e o domínio persa e as diversas revoltas dos príncipes egípcios, muitas vêzes auxiliados pelos gregos durante e depois das chamadas Guerras Médicas.

A Autora ao estudar a resistência egípcia ao impacto da política agressiva dos países mesopotâmicos, mostrou como os faraós da XXVI até a XXX dinastias organizaram o país, tomando por base as velhas crenças restauradas e aperfeiçoando a administração, de tal maneira que o faraó personificou e foi o Egito no seu aspecto nacionalista e patriótico nesse período. Trata-se, pois, de um estudo que se lê com satisfação e que recomendamos vivamente aos leitores desta **Revista de História**.

E. SIMÕES DE PAULA

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa das suas publicações para a competente resenha bibliográfica (Nota da Redação).

*

* *

HEERS (Jacques). — **Le Livre de Comptes de Giovanni Piccamiglio, homme d'affaires Génois (1456-1459)**. École Pratique des Hautes Études — VIe Section. Centre de Recherches Historiques. Coleção "Affaires et Gens d'affaires" n.º XII. Paris. S.E.V.P.E.N. 1959. 377 pp.

Para a História Econômica de Gênova possuímos grande número de documentos, principalmente o **Archivio notarile** e o **Archivio di San Giorgio**, mas não existem em número suficiente documentos privados, cartas ou livros. O **Archivio di Stato** possui um fundo **Famiglie** muito rico em certos registros de comércio, mas muito poucos remontam além do século XVI. Daí o interesse despertado pelos registros que restam. Entre eles o Autor conseguiu encontrar uma coisa rara: o único livro de contas de um negociante genovês. Certamente, como diz o Autor, Giovanni Piccamiglio não é um personagem de primeira plana, um desses homens que dominam a vida econômica duma cidade, mas um personagem original e suas atividades são bastante variadas e sua fortuna é bastante sólida para nos interessar. Por outro lado o seu registro dá uma idéia exata e preciosa da técnica financeira de Gênova nos meados do século XV.

O livro encontra-se dividido em: Introdução, 5 capítulos, gráficos, tabelas e em seguida a transcrição do registro, página por página, tudo acompanhado de diversos índices que facilitam a consulta da obra.

Inicialmente, o livro mostra a família do biografado. Trata-se de uma família nobre e de origem antiga, mas não pertencente às grandes casas feudais da Alta Itália, apesar dos Piccamiglios figurarem entre os primeiros que empreenderam comércio com o Oriente. Ottolono Piccamiglio vendia seda da China e se interessava pelo comércio armênio. Com o decorrer do tempo, conseguiram os Piccamiglios o privilégio da construção de um pórtico diante de sua casa e, em seguida, a chefia de um grupo de famílias formando um **albergo** na pequena praça de Fassatello, perto de grandes mansões nobres de Gênova.

O autor do registro, Giovanni Piccamiglio, é um mercador e negociante. Foi ele sucessor de dois prósperos homens de negócios: Cosmo (seu pai) e Ambrosio Piccamiglio e estava ligado aos Spinolas e aos Fieschi por laços familiares. Sua mulher é uma Fieschi di Caneto. Por outro lado, o banqueiro Federigo Centorioni desposou uma irmã de Giovanni. Inicialmente foi um mercador que freqüentou os mercados de Quios e Bizâncio desde 1445. Em 1452 instala-se definitivamente em Gênova e começa a redigir o livro de contas que possuímos. Toma parte da **Casa di San Giorgio** e participa ativamente da administração da sua comuna. Continua os seus negócios, principalmente com o seu irmão Tommaso estabelecido em Valência e sócio dos Centurioni.

O nosso Giovanni Piccamiglio vai especializar-se em empréstimos de dinheiro, e logo estará à frente dum banco: o “Giovanni Piccamiglio e Companhia”. O livro de contas corresponde aos anos em que, sob a égide dos Centurioni lançou-se rapidamente por essa vida bancária. É por isso que o seu livro é interessante, pois é obra de um mercador que a abandonou o comércio pelo banco: a imagem mesmo da Gênova da sua época.

O livro é um registro de cerca de 120 fôlhas em grande formato, ainda em boas condições de conservação. As contas abrangem o período que vai de 31 de janeiro de 1456 a 27 de julho de 1459: três anos e meio mais ou menos. O livro é a continuação de um outro anterior que não foi encontrado. O registro está redigido num latim medieval genovês com bastantes incorreições, fantasias e neologismos.

O II capítulo trata da contabilidade e das unidades monetárias refletidas na obra. Trata-se dum livro escriturado em “partidas dobradas”. Também aparecem na obra diversos nomes de moedas, mostrando as peças monetárias em uso em Gênova nos meados do XV século.

No III capítulo temos os pesos e medidas. Para entendê-los é necessário utilizarmos uma táboa de unidades de medidas e de pesos. Diversos sistemas ponderáveis estão aí representados, mostrando a grande confusão reinante na época, em que cada cidade tinha o seu sistema e, às vezes, empregava o seu e o de outras cidades vizinhas, ou burgos, com quem mantinha estreitas relações comerciais. Por aí podemos ver as dificuldades que experimentaria um mercador que trouxesse fardos de algodão de Quios para a Inglaterra, procurando vender parte de seu carregamento nos portos italianos, africanos e ibéricos por onde passava.

No IV capítulo vemos as atividades econômicas de Giovanni Piccamiglio: rendas de terras, comércio, seguros, empréstimos, lucros da **Casa di San Giorgio**, câmbio, tudo indicando as múltiplas tarefas a que se entregava um homem de negócios em Gênova.

No V capítulo está relatada a vida privada de um mercador genovês da época. No livro estão as suas contas domésticas e por ela podemos fazer uma idéia de como vivia uma família abastada em Gênova. Giovanni Piccamiglio é o tipo do homem de negócios que, enriquecido durante a sua longa estadia no exterior, voltou a Gênova para gerir o seu patrimônio e fazer frutificar os seus capitais. O estudo do livro mostra que êle obtinha lucros ponderáveis que lhe permitiram ter uma vida folgada, comprar um palácio, casar a sua filha sem olhar as despesas e, além disso, fazer grandes investimentos imobiliários.

Trata-se, portanto, de uma obra muito interessante, que pode servir de modelo aos nossos pesquisadores que toparem com velhos livros comerciais abandonados nas gavetas das nossas velhas famílias de negociantes e fazendeiros.

E. SIMÕES DE PAULA

*

* *

HUMPRHEYS (R. A.). — **Latin American History. A Guid to the Literature in English.** London, New York, Toronto, Oxford University Press, 1958, xiii + 197 págs.

Nunca é demais encarecer-se a contribuição, para a historiografia latino-americana, das obras em língua inglêsa. As preocupações, por vêzes excessivamente restritas, mas perfeitamente compreensíveis, dos estudiosos latino-americanos pela análise do homem americano em si, procurando, antes de tudo, entendê-lo e explicá-lo pelas contingências do meio, entre outras, opõe a historiografia em língua inglêsa uma perspectiva mais ampla, mais universal e por isso mesmo mais histórica. Não que esqueça o homem, nem sua eminente posição na História. Mas sua situação, relativamente neutra, permite uma objetividade maior e um maior equilíbrio em suas considerações, colocando o homem americano e sua História dentro do contexto da civilização ocidental.

O guia organizado por R. S. Humphreys, conhecido especialista em assuntos latino-americanos e professor de História Latino-Americana na Universidade de Londres, revela-nos a importância numérica dessa contribuição cuja qualidade o estudioso da História já se habituou a apreciar. Demonstrando grande critério na seleção das obras e no sentido dado à História, oferece-nos o Autor uma ampla visão da literatura histórica latino-americana em língua inglêsa, desde a época pré-colombiana até os nossos dias, evitando, porém, os campos da arqueologia e da etnologia. Restringe-se, assim, ao setor propriamente histórico, mas uma História entendida da mais ampla maneira, incluindo desde os aspectos econômicos e sociais aos de ordem intelectual e artística, o que evidencia a extensão da área que essa literatura histórica abrange.

Não se limita a uma simples nomenclatura, mas apresenta, em poucas palavras, uma idéia da obra indicada. Nem se contenta com os livros propriamente ditos, mencionando também artigos de revistas. Dá-nos assim o Prof. Humphreys, com seu trabalho, também um excelente guia aos periódicos em língua inglêsa dedicados aos assuntos latino-americanos.

Destinado ao estudante universitário e ao leitor em geral, expressa o Autor, modestamente, a esperança de que possa ser também útil ao pesquisador profissional. Cremos ser desnecessário insistir sobre essa utilidade e só fazemos votos que, em auxílio do estudioso da História Latino-Americana apareçam, em outras línguas, semelhantes guias.

NÍCIA VILLELA LUZ

*

* *

HOLANDA (Sérgio Buarque de) (Sob a direção). — **História Geral da Civilização Brasileira**. I. — **A época colonial. — Do Descobrimento à expansão territorial. — Administração, Economia, Sociedade**. São Paulo, 1960. Difusão Européia do Livro. 2 vols. 16 il.

Dentro da mesma linha traçada para a versão brasileira da **História Geral das Civilizações e a História Geral das Ciências, a Difusão Européia do Livro**, fundada nesta capital e dirigida por um amigo do Brasil, o editor Paul Jean Monteil, vem de oferecer aos leitores de língua portuguesa, os dois primeiros volumes do I tomo da coleção da **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo que se intitula: “A época colonial”, cujos volumes “Do descobrimento à expansão territorial” e “Administração, Economia, Sociedade” — faculta dogmatizar que se trata de uma coleção definitiva. Tanto pelo fato de preencher uma lacuna da bibliografia histórica brasileira, como também pelo peso de autoridade de sua direção: o Prof. Sérgio Buarque de Holanda, catedrático de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo.

Lacuna, porquanto desde a sempre atual advertência de Capistrano de Abreu, de que a História do Brasil estava toda para ser feita, essa obra cujos primeiros volumes estamos focalizando, pode ser considerada a primeira realização capaz de preenchê-la. Por duas razões que se entrelaçam. De um lado: a substância, a linha mestre de sua direção esclarecendo que: “...numa história da **civilização** espera-se que, ao lado de questões mais estritamente políticas e, se preciso, um pouco em detrimento delas, sem o que se ultrapassariam em demasia as dimensões previstas, se desse igual ênfase a outros aspectos de nosso desenvolvimento”. E mais adiante: — “Na delimitação das diferentes épocas e movimentos houve o empêno de atender aos mais variados problemas que possam êles sugerir: políticos, econômicos, sociais, “culturais”.

Em se tratando de um trabalho que, pela primeira vez, no campo de sua especificidade, congrega uma equipe de historiadores credenciados, cujas posições foram respeitadas, acentua-se ainda mais a riqueza da obra em apreço. A verdade é que existem outros estudos, geralmente valiosos, mas isolados, fragmentários, limitados, como não poderia deixar de acontecer num país em que as diretrizes dos estudos históricos em bases científicas remontam à recente criação de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, cujas cátedras, de início, foram entregues a mestres dos mais expressivos centros culturais da Europa e da América.

Assim, como trabalho coletivo, planejado, dirigido com inexcusável segurança por professores universitários, credenciados através de concursos e de obras especializadas, de justo valor para a sua posição, a **História Geral da Civilização Brasileira** está apta para preencher a lacuna e abrir novos rumos aos estudos históricos em nossa terra.

A oportunidade do lançamento da obra explica-se, também, pelo número de leitores que a vem adquirindo nas livrarias. De acôrdo com o testemunho de um dos vendedores, somente pode ser comparada a romances que serviram de argumentos cinematográficos. Uma saída incomum em obras especializadas, vem se registrando dia a dia, que se renova nos pedidos de reserva para o segundo volume já anunciados e mesmo tôda a coleção. Receptividade que serve de estímulo aos colaboradores, mais ainda a então temeridade do editor, cujo espírito pioneiro vêm recebendo do mundo cultural e do mundo comercial, a sua merecida recompensa.

Todavia é ponto pacífico que um dos fatores essenciais da consagração desta obra é o nome que encabeça a equipe de colaboradores e a quem coube a organização e direção de conjunto — Sérgio Buarque de Holanda — que, com o pêso de sua indiscutível autoridade e personalidade exponencial nos meios científicos e artísticos, dentro e fora do país. Recentemente conquistou a cátedra de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em um dos mais memoráveis e brilhantes concursos de títulos e provas, ao qual teve a oportunidade de apresentar a tese: **Visão do Paraíso** — Os motivos edêmicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo, 1958.

Dentre as obras consagradoras de sua justa posição de pesquisador, destacamos: **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, 1936, 1947, 1956 (ed. italiana: **Alle radici del Brasile**, Milão-Roma, 1954; ed. mexicana: **Raices del Brasil** — México-Buenos Aires, 1955); **Cobra de vidro**. São Paulo, 1944; **História do Brasil** (em colaboração com Octávio Tarquínio de Souza), Rio de Janeiro, 1944; **Monções**. Rio de Janeiro, 1945; **A expansão paulista no século XVI e começo do século XVII**. São Paulo, 1948; **Índios e mamelucos na expansão paulista**. São Paulo, 1949; **Antologia de poetas brasileiros da fase colonial** (2 vols.). Rio de Janeiro, 1952; **Le Brésil dans la vie americaine** (em **Le nouveau monde et l'Europe** — IXes. Recontres Internationales de Genève), Neufchatel, 1955; **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro, 1957; **Tentativas de mitologia** — **Estudos Brasileiros**.

Dentre as traduções: **Thomas Davatz, memórias de um colono no Brasil**. São Paulo, 1950; **Wilhelm Schmidt, etnologia sul-americana, círculos culturais na América do Sul**. São Paulo, 1952.

Em preparo: **A era do barroco no Brasil (cultura e vida espiritual nos séculos XVII e XVIII)**, 3 vols.; **Monções** (2a. ed., revista e ampliada); **Literatura Colonial Brasileira**. Ainda: direção geral da **História da Civilização Brasileira** (em 3 tomos: — **Época Colonial** — Brasil Monárquico — República).

A diversidade, assim como as sucessivas edições, mesmo em línguas estrangeiras, dispensam comentários. Formamos ao lado daqueles que reconhecem: “Feliz a entrega da História da Civilização Brasileira à direção de Sérgio Buarque de Holanda”. Dificilmente imaginamos alguém de vistas mais largas, de horizontes mais rasgados. Sua curiosidade sempre alerta; sua cultura geral assentada, sua vivaci-

dade intelectual; sua capacidade de trabalho transformaram-no no historidor que todos conhecemos e admiramos. As linhas gerais pelas quais pautou sua nova obra recomendam-no ainda mais aos nossos encômios.

Acrescentamos que, com modestia comovente, uma das características marcantes dos valores autênticos, o próprio Prof. Buarque de Holanda é quem adverte:

“Lacunas e deficiências tornam-se, por vêzes inevitáveis na obra, e algumas são facilmente discerníveis. Como exemplo poderia lembrar-se o fato de que ao comércio colonial do Brasil não se dedicou aqui o capítulo que o tema sem dúvida merece, e que além disso serviria para completar e ajudar a boa inteligência de algumas outras questões que puderam ser devidamente abordadas. Muitos dos trabalhos preliminares necessários para uma visão ampla do assunto ainda se acham lamentavelmente por fazer”.

Aquêles que se vem dedicando a estudos referentes ao século XVI, especificamente às relações comerciais da então Colônia com portos estrangeiros, sabem que se trata de um dos períodos mais discutidos de nossa História. Sabem também que, eventualmente, em arquivos públicos e particulares devem existir códices e demais fontes primárias que, dispersas, aguardam oportunidade de vir à tona, catalogados e estudados. Dentro desta linha situa-se a preciosa informação do Prof. Hermann Kellenbenz, catedrático da Escola Superior de Estudos Econômicos e Sociais da Universidade de Erlangen-Nürnberg que vistoriando, a nosso pedido, uma famosa documentação antuerpiana, sobre o Engenho de São Jorge dos Eramos — cuja pista nos foi fornecida pelo Prof. Sérgio — teve oportunidade de encontrar um Livro de Tabela vinculado ao intercâmbio comercial de portos flamengos com outros brasileiros, inclusive da então Capitania de São Vicente.

Cumpre-nos salientar uma outra qualidade do catedrático de História da Universidade de São Paulo, o dom de escolher, tanto o seu auxiliar direto, o Prof. Pedro Moacyr Campos, como os demais colaboradores na importante missão que lhe foi confiada pela Difusão Européia do Livro. Equipe de especialistas, convocada de vários pontos do país e mesmo do estrangeiro; sem regionalismos; sem fronteiras. Dentro de uma liberdade de ação, de uma amplitude que ainda mais se torna significativa, quando se sabe que a obra em apreço está sendo publicada sob os auspícios do Prof. Paulo Sawaya, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, como a anterior (**História Geral das Civilizações**) — fôra sob os auspícios do Prof. Eurípedes Simões de Paula, então diretor da mesma Faculdade.

Se bem que, como não poderia deixar de ser numa realização *sui generis*, há trabalhos que se destacam tanto pela originalidade, como pelo vigor da apresentação. Ainda, uns pequenos senões captados por mais exigentes de certos estudiosos. Todavia não se justificaria fôssem apontados, considerando que — “...o plano inicial-

mente deveu sujeitar-se a sucessivas modificações, oriundas — sobretudo de conselhos, relutâncias, recusas ou omissões de eventurais colaboradores”.

Preferimos firmar nossa posição declarando tratar-se de uma equipe de especialistas, identificados com um mesmo denominador: capacidade e honestidade.

Colaboram no primeiro volume **Do descobrimento à expansão territorial** (em ordem de apresentação e não de distribuição da matéria), os seguintes professores:

Aziz N. Ab'Sáber — (Fundamentos geográficos da história brasileira). — **Antônia Fernanda P. de Almeida** (co-autoria de O Brasil no período dos Filipês); **Pedro Moacyr Campos** (As instituições coloniais: Os antecedentes portugueses e co-autoria de: As etapas dos descobrimentos portugueses); **Laerte Ramos de Carvalho** (Ação missionária e educação); **Myriam Ellis** (As bandeiras na expansão geográfica do Brasil); **Florestan Fernandes** (Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis); **Sérgio Buarque de Holanda** (O descobrimento do Brasil. As primeiras expedições. O governo geral. A conquista da costa leste-oeste. Os franceses no Maranhão. As monções. A colônia do Sacramento e a expansão no extremo sul e co-autoria de As etapas dos descobrimentos portugueses e de: Franceses, ingleses e holandeses no Brasil quinhentista. Organização e direção de conjunto); **Odilon Nogueira de Matos** (A Guerra dos Emboabas); **Astrogildo Rodrigues de Melo** (co-autoria de: O Brasil no período dos Filipês); **J. A. Gonsalves de Melo** (O domínio holandês na Bahia e no Nordeste); **Olga Pantaleão** (co-autoria de Franceses, ingleses e holandeses no Brasil quinhentista); **J. F. de Almeida Prado** (O regime das capitanias); **Arthur Cezar Ferreira Reis** (A ocupação portuguesa do vale amazônico e Os Tratados de Limites); **Fernando Correia da Silva** (Coordenação dos trabalhos de edição).

Colaboram no II volume: **Administração, Economia, Sociedade**, de acordo com o sumário seguinte:

Livro Primeiro — Política e Administração.

Política e Administração de 1640 a 1763 — (Pedro Octávio Carneiro da Cunha).

Livro Segundo — Economia.

Capítulo I — O problema da mão de obra: a escravidão africana (Maurício Goulart).

Capítulo II — A grande propriedade rural (Alice P. Canabrava); III — As áreas da criação de gado (Teresa Schorer Petrone); IV — Minas e quintos (Sérgio Buarque de Holanda); V — Política financeira (Dorival Teixeira Vieira).

Livro Terceiro — Vida intelectual e artística.

Capítulo I — Letras e Idéias (Antônio Cândido de Melo e Souza); II — Arquitetura e artes plásticas (Lourival G. Machado); III — A música barroca (Francisco Curt Lange); IV — A educação e os seus métodos (Laerte Ramos Carvalho); V — O Direito português no Brasil (Fernando Mendes de Almeida).

Livro Quarto — A caminho da emancipação política.

Capítulo I — Os pronunciamentos nativistas no Norte (Arthur César Ferreira Reis); II — Inquietação revolucionária no Sul: a Conjuração Mineira (Nícia Vilela Luz); III — A Inconfidência Fluminense (Sérgio Buarque de Holanda); IV — A Inconfidência Baiana (Arthur César Ferreira Reis); V — Política e Administração sob os últimos vice-reis (Lourival Gomes Machado).

Orientação Bibliográfica — Rubens Borba de Morais.

Coordenação dos trabalhos de edição — (Fernando Correia da Silva).

Não se perdoaria que nestas modestas notas pudesse ser omitido o nome do coordenador do trabalho de edição, o sr. Fernando Correia da Silva, que demonstrando, mais uma vez, qualidades apreciáveis para sua justa posição, concorreu e muito, a fim de que alguns capítulos de colaboradores diferentes e alicerçados em documentação então contemporânea, se entrosassem num todo harmônico, dentro de uma seqüência hábilmente executada.

Ainda um outro aplauso. A equipe encarregada dos trabalhos de revisão (Gerson Souza, Manuel Torquato de Araújo, Leôncio Martins Rodrigues e Bento Prado Júnior). Aos responsáveis pela parte técnica, desde a capa (autoria de Luis Ventura), dentro da linha clássica já adotada e individualizada por uma caravela quinhentista; aos primorosos trabalhos de impressão gráfica.

Uma última observação. E já é tempo de encerrarmos estas notas. Se de um lado compreendemos que — “segundo um precedente também estabelecido geralmente nessas e noutras obras do mesmo gênero, não se apresentaram aqui, ou ficaram reduzidas a um mínimo indispensável as referências de pé de página”. — Haver sido das mais felizes a participação de Rubens Borba de Moraes, sob cuja impressionante autoridade na matéria confiou-se a **Orientação Bibliográfica**, além dos índices analíticos inclusos ao final de cada uma das 3 partes da obra. Doutro lado, não nos parece compreensível que no primeiro volume, de uma série que pela primeira vez e numa obra de inexcedível envergadura reúne colaboração de autores diversos; considerando o alcance didático a ser captado pelos estudiosos em geral, especificamente aos alunos do curso de História de Faculdades de Filosofia de todo o Brasil; mais ainda, considerando o próximo Congresso Nacional em julho do corrente ano, nesta capital, promovido pelos estudantes de curso superior, quando dentre os problemas que deverão ser focalizados e eventualmente solucionados, cuidar-se-á de diretrizes gerais para a elaboração de livros didáticos destinados aos cursos secundário e normal do país; não conseguimos compreender que não se fizesse seguir cada capítulo, confiado a autores especializados, da respectiva bibliografia básica, independentemente do índice analítico e da bibliografia geral, no fim de cada tomo.

Feita esta pequenina ressalva, concluímos parodiando aquêles que reconhecendo em Capistrano de Abreu um marco decisivo na História do Brasil, reconheceriam também que a **História da Civilização Brasileira**, sob a direção do Prof. Sérgio Buarque de Holanda, representa um outro marco no campo histórico brasileiro, que passaria a ser escrito antes e depois do aparecimento desta louvável e esperada coleção.

MARIA REGINA DA CUNHA RODRIGUES

*
* *
*

JUD (Rudolf). — **Das Linksrheinische Korps des K. K. Feldmarschalllieutenants Hotze im Herbst und Winter 1796.** Dargestellt an Hand der Original-Akten aus dem Kriegsarchiv Wien. In 8.º. 82 págs., inclusive 8 tabelas e 2 cartas. DM. 6, 40 (*).

A publicação do episódio de história militar, extraída de uma monografia relativa ao **wackren Zuercher Hotze** (Schlosser), um dos mais capazes generais do exército austríaco sob a chefia do arquiduque Carlos, durante a guerra da segunda coligação, resulta de pesquisas empreendidas escrupulosamente em fontes negligenciadas há meio século. De fato, desde a obra de Hueffer, **Quellen zur Geschichte der Kriege von 1799 und 1800** (Leipzig, 1900), os especialistas quase não deram atenção ao Hotz — este era o seu nome original — nascido em Richterswil, lago de Zurique, em 1739; da mesma forma, pouco se tem dito acêrca das campanhas da margem esquerda do Reno nos últimos anos da década de 1790, ao passo que, no âmbito da pesquisa em torno de Karl-August (Tuemmler, Willy Andreas), valiosíssimas contribuições têm sido publicadas, nos últimos tempos, relativamente aos acontecimentos dos anos 1792-1793. A grande obra francesa de Chiquet, concernente às guerras da Revolução, detem-se no ano 1795 e o trabalho de Jomini (1820-1824) é bastante obsoleto. No entretanto, em que escala era importante a condução da guerra para o desenvolvimento político da margem esquerda do Reno em 1795, isto se depreende com suficiente clareza da grande coletânea de fontes de Hansen (vol. 3, Bonn, 1935).

Na campanha de outono-inverno de 1796, coube ao Corpo Hotze a missão de, partindo de Mannheim, patrulhar a margem esquerda do Reno (sul do Palatinado, baixa-Alsácia) até a linha do Queich. Este limitado episódio é minuciosamente apresentado pelo Dr. Rudolf Jud, com base nos documentos do arquivo militar de Viena, ficando provado que as detalhadas partes consagradas ao assunto pelo biógrafo de Hotze, Meyer-Ott (1853), bem como pela obra de Angeli sobre as campanhas do arquiduque Carlos (1896-1897) e, finalmente, pelos **Grundsætzen der Strategie**, do próprio arquiduque (1814) não só não o esgotam, como também nem sempre merecem confiança. Uma vez que os autos militares, por exemplo, estendem-se acêrca da prisão de reféns, de contribuições de guerra e da atitude dos habitantes da zona de operações — esta última, na Alsácia, era clara e decididamente hostil aos austríacos (pág. 51) — uma vez que, além disso, há referência a considerável número de localidades da margem esquerda do Reno, desde o Selz até o Queich, com o cuidado da correspondente menção nas cartas anexas e no índice remissivo — por exemplo, a consignação das fortificações de Germersheim — grande será a utilidade dèste pequeno volume para a história do Palatinado; esta aplaudirá, também, novas explorações dos autos militares de Viena, tais como as que são anunciadas pelo Autor.

Prof. Dr. LEO JUST

(*) — Publicado in *Mitteilungsblatt zur rheinhessischen Landeskunde* (Mainz).

*

* *

BRAY (Arturo). — **Solano Lopez, soldado de la gloria y del infortunio**. 2.ª edição, 1958. Ediciones Nizza. Buenos Aires, brochura, 283 pp.

O Autor inicia a sua obra com um prefácio onde são enumeradas as dificuldades existentes para um levantamento de documentos sobre Solano Lopez. Aponta a dispersão de documentos pelos continentes americano e europeu, indica também a impossibilidade pessoal de usar o **Archivo Nacional de Asunción**. Estas afirmações, desde o início, já nos dão uma idéia das limitações da obra.

Após a Introdução há uma afirmação de imparcialidade perante as duas correntes de idéias que existem sobre o assunto. O Autor não pretende ser **lopista** e nem **anti-lopista**. As causas das duas correntes são analisadas por êle. No mesmo capítulo é defendida a idéia de que não é possível estudar os problemas relacionados sem estudar também os vários países do Prata. Mas, de início, destacamos um dos pensamentos do Autor, que nos mostra qual a posição que irá tomar no decorrer da obra:

“aceptar a Solano Lopez es justifiar la causa nacional, renegar de hel es hacer-le el juego de los sofismas inspirados y creados por la Triple Alianza, actitud que ningun paraguayo de fibra pura puede aceptar...” (página 15).

O Autor prossegue tentando fazer uma síntese da personalidade de Lopez e tende a colocar os problemas dentro dos moldes científicos de uma nova história imparcial. Tenta o Autor acompanhar a corrente histórica que coloca os homens na dependência quase total das tendências históricas do momento em que vive.

O prólogo é muito esclarecedor, pois sob os esforços do Autor para dar à sua obra uma tendência imparcial, notamos ecoar o sentimentalismo patriótico, tão característico dos homens latino-americanos, o que é feito com fino estilo literário.

A divisão da obra é simples e satisfaz diretamente o roteiro traçado. Além do prefácio existem quatro capítulos: a Terra, o Homem, o Presidente, o Marechal.

A Terra: — O Capítulo é iniciado com um estudo da colonização espanhola. A forma literária, quase poética em alguns trechos, torna a leitura agradabilíssima, fugindo à forma árida das obras estritamente científicas.

O Autor afirma que o indígena da região do Prata é de origem antilhana. Para êle os indígenas não foram preparados pelas reduções jesuíticas para formarem mais tarde uma nação livre:

“El espíritu y organización de los jesuitas no fueran asimilados por la sociedad paraguaya, ni sirvieron de prólogo y pedestal a una cultura definida o a un rasgo característico de sus habitantes” (página 23) (1).

Continuando na análise da colonização, o Autor procura provar que a América Latina de origem espanhola deve suas tendências revolucionárias e caudilhascas à formação colonial.

O sentimento do Autor no seu julgamento é bastante ardoroso, não escapando às suas críticas acerbas nem mesmo os padres. Falteu-lhe muitas vezes a frieza de um verdadeiro historiador.

Para o Autor as glórias da luta pela emancipação cabem à influência inglesa, francesa e norte-americana, e toda a culpa da ignorância e da indigência espiritual dos *criollos*, cabe à Espanha.

Ao estudar o Paraguai independente a figura de França é ressaltada como o homem que deu bases para o desenvolvimento da nação. Mas também explica a falta de homens brilhantes na política do Paraguai, mesmo depois de 1870, devido ao clima do obscurantismo criado por França.

Após a análise histórica da formação do povo paraguaio o Autor faz uma análise geral das características deste povo. Nega a crença generalizada sobre a belicosidade do povo paraguaio; para ele foram as circunstâncias posteriores à grande guerra que tornaram o paraguaio um irrequieto revolucionário.

A defesa que o Autor faz de seu povo é a tradução de uma realidade histórica que o Paraguai enfrenta no decorrer de sua existência. É interessante a análise do círculo vicioso a que o paraguaio encontra-se preso, de um ditador a outro:

“Por eso, cuando estalla una revolución, corre a alistarse en las filas de uno o otro bando; de ese modo, rompe con la esclavitud monetaria de su arado y escapa a la férula de caciques y mandones de su pueblo” (página 42).

O Autor termina este capítulo fazendo uma análise profunda e precisa do homem paraguaio e dos problemas daquela nação. É uma síntese valiosíssima que auxilia muito a compreender os problemas desse povo, apesar de que foge bastante ao período estudado, abrangendo até a época contemporânea. Este capítulo é muito esclarecedor, não só pelas informações que o Autor nos dá, mas também pela análise indireta que podemos fazer do próprio Autor.

O Homem: — O capítulo é iniciado com uma descrição do Paraguai sob o sistema político do Dr. França. É um ambiente de clausura e ditadura férrea, de vida singela e amedrontada; é este o cenário que nos pinta o Autor, e é neste ambiente que nasce e cresce Solano Lopez, no seio de uma família burguesa.

(1). — O Autor segue a tendência de muitos autores contemporâneos, que querem divorciar totalmente o Paraguai atual da antiga Província Gigante. Esta tendência surgiu em 1918, quando Ricardo Rojas criticou o historiador Blaz Garay, devido às suas afirmações sobre a não discriminação do Paraguai político do jesuítico. Ver Efraim Cardozo, *Historiografía Paraguaya*.

Após o estudo do govêrno do Dr. Frância, segue-se o estudo das atividades reconstrutoras que o govêrno de Carlos Antônio Lopez empreendeu. Já neste capítulo aparece o Brasil como:

“heredero de la cobicia portuguesa, sostiene firme sus avances hacia la cuenca del Plata...” (página 68).

A Argentina também aparece, tentando impor sua hegemonia sôbre os componentes do antigo Vice-Reinado do Prata.

O Autor acusa também o Brasil de tentar jogar o Paraguai contra a Argentina, por intermédio do Conselheiro Antônio Manuel Corrêa Câmara. E dêstes acontecimentos, assim apontados, é que êle tira os prenúncios da Guerra do Paraguai.

Após a análise do Paraguai perante o Prata, volta à análise de Lopez. Aparece-nos um Lopez militarista, que desde sua juventude, praticamente, dedicou-se à organização de um exército. Já aqui aparece uma falha que será constante na obra. O Autor faz afirmações categóricas, mas não são baseadas em citações documentais constantes. As inúmeras transcrições de documentos que surgem não são acompanhadas de indicação da localização das fontes. O Autor faz excelentes raciocínios e tira conclusões finais, sem ter indicado os documentos, nem as origens de suas afirmações.

Ao analisar a campanha de Corrientes, em 1846, procura mostrar quão imaturo estava o Paraguai em questões militares, pois segundo seu ponto de vista todos os esforços de Solano Lopez não conseguiram vencer os males da clausura do Dr. Frância.

A viagem de Lopez à Europa é descrita em páginas finamente elaboradas e o Autor demora-se descrevendo de maneira muito agradável e romanesca os primórdios das relações de Lopez com Madame Lynch (2).

No conflito entre Buenos Aires e a Confederação surge o Paraguai como um país pacifista, desinteressado, visando apenas a harmonia entre os países do Prata. Mas êste desinterêsse não seria recompensado, e posteriormente o Paraguai seria jogado nas auguras de uma guerra injusta:

“...San Cristobal sigue apuntando a la desmembración y distanciamiento de los pueblos de origen hispanica; aislar a Buenos Ayres, ganar-se al Paraguay y segregar Entre Rios y Corrientes...” (página 96).

Como sempre o Autor afirma, mas não fundamenta, a origem de suas citações.

O Presidente: — Êste capítulo é iniciado com a descrição de um banquete oficial, onde aparece a grande capacidade literária do Autor.

(2). — Como o Autor pretende provar que Lopez não tinha intenções bélicas contra os países do Prata, suprimiu na análise da viagem de Lopez à Europa toda a parte referente à compra de armas, contrato de técnicos militares, etc. Fato que já foi amplamente comprovado por inúmeros estudiosos do assunto. Ver Horton Pelhan Box, *Los origines de la Guerra de la Triple Alianza*. Ediciones Nizza, 1958.

Após artística introdução, o Autor procura explicar o armamentismo de Lopez como única medida defensiva contra o Brasil. Lopez acreditava que a questão de limites, que então o Brasil procurava solucionar, era um disfarce para as suas tendências expansionistas sobre o solo paraguaio. O Autor também continua acreditando naquelas idéias. Para comprovar suas teorias, lança mão de uma carta que o Ministro dos Estados Unidos, residente no Paraguai naquela época, teria enviado ao Secretário de Estado norte-americano Seward, onde prometia o apóio dos Estados Unidos ao Paraguai, se Lopez pretendesse dar:

“...una paliza al Brasil o a otro cualquiera de sus vecinos...”
(página 127).

A transcrição do texto desta carta não está acompanhada da indicação de sua origem e localização, portanto é um assunto que fica em aberto (3).

Ao analisar os acontecimentos uruguaiois que antecederam a conflagração da Grande Guerra, o que é feito com numerosa transcrição documental, repete a falha de não indicar a localização ou a origem dos documentos citados. O Autor procura mostrar que o governo uruguaio procurou por inúmeros meios envolver o Paraguai nos conflitos que então se sucediam. Lopez aparece esquivo, procurando evitar a armadilha. Mas para a sua infelicidade, faltou-lhe maior tino diplomático. Vemos então o Paraguai envolvido numa complicada trama diplomática que acaba por comprometê-lo no conflito que então ocorria entre o Uruguai e o Brasil. Mas o Autor frisa bem que tudo aconteceu independentemente do verdadeiro desêjo de Lopez, que era a pacificação do Prata.

Após tentar negar a teoria que afirma ter Lopez iniciado muito antes daqueles acontecimentos uma política armamentista, o Autor nos mostra o Paraguai declarando guerra ao Brasil devido ao fato daquele último ter invadido o território uruguaio. Após a declaração de guerra, o Paraguai teria tomado pela força o navio brasileiro **Marquês do Olinda** (4).

O Autor nos procura fazer crer que a causa do ditador realmente era justa. Continuando suas afirmações, coloca uma questão, sem no entanto respondê-la:

“...Porque abierto queda sempre el interrogante: ¿Era acaso fatal e inevitable la agresión del Brasil despues de haber dominado al Uruguai?...” (página 150).

-
- (3). — O Autor ao transcrever a carta, não notou que apontava um lado muito importante da questão. Esta carta coloca o problema de indagarmos até que ponto os Estados Unidos estariam envolvidos no conflito. Portanto, a localização do documento é fundamental, pois poderá ser uma pista para outros documentos mais importantes.
- (4). — Aqui o Autor repetiu um erro cronológico, esclarecido há muito tempo por vários estudiosos do assunto. O Paraguai primeiro apossou-se do **Marquês de Olinda**, isto é, no dia 13 de novembro de 1865 e somente no dia 14 mandou-nos a sua declaração de rompimento de relações.

Depois de várias divagações sôbre as possibilidades do Paraguai, faz uma análise da vida particular de Lopez com Madame Lynch, e prolonga a questão fazendo uma interessante análise sociológica sôbre o fenômeno do concubinato no Paraguai de então. Nota-se claramente neste parágrafo o espírito satírico, que é tão característico do paraguaio.

Quanto ao rompimento de relações com a Argentina, apresenta Urquiza como o grande culpado, procurando isentar Lopez da culpa de ter invadido o território argentino. Para tal, baseia-se no fato de que o território invadido pertencia realmente ao Paraguai desde 1806, assunto que estuda com vários detalhes.

Defendendo sempre o ditador, o Autor tenta provar também que não foi errada a atitude de Lopez ao declarar guerra ao Brasil.

O Marechal: — Este capítulo é o triste resumo das batalhas, do fim de Lopez e do exército paraguaio. Os acontecimentos são descritos e analisados com maestria literária, o que dá à obra, às vêzes, uma intensa dramaticidade.

O capítulo é iniciado com várias considerações sôbre os métodos de organização das tropas de um exército em guerra. Estas considerações são feitas com o fim de explicar e desculpar a excessiva centralização do comando na figura de Solano Lopez. Realmente, é imputado a Lopez o gravíssimo erro de não ter subdividido seu comando entre oficiais subordinados. A sua excessiva centralização e ausência no campo de batalha, foram alguns dos fatores fundamentais do fracasso das tropas paraguaias.

Ao analisar os acontecimentos de Uruguaiana o Autor não pôde deixar de culpar Lopez pelo fracasso daquela campanha.

Depois de várias considerações sôbre fatos ligados à marcha dos combates, destacamos os estudos do Autor sôbre as causas da lentidão do desenrolar da guerra.

E' interessante o estudo que faz da conferência de Yataiti corá. A pretexto daquela conferência o Autor procura mostrar um Brasil imperialista e cruel, pois:

“...La causa del Paraguay... “estava” ...irremediavelmente selada, más que por el tratado famoso, por la decisión de San Cristobal de establecer en nuestro país un gobierno vasallo...”.

Após a análise dos acontecimentos internos do Paraguai naqueles trágicos dias, e das últimas batalhas, temos a pungente e dolorosa narração do trágico fim das tropas de Lopez e finalmente dêle mesmo. Nestes últimos parágrafos o Autor não poupa ao Brasil as mais graves acusações.

A obra é interessante sob o aspecto de que nos mostra uma nova visão dos acontecimentos estudados. As considerações do Autor colocam inúmeros problemas e dá margem para muitas discussões. Iniciou o Autor sua obra pretextando imparcialidade, mas empolgou-se no decorrer da obra mostrando tendências acentuadas para o **lopismo**.

Lopez aparece como vítima de vários fatores adversos. Vítima de pretensões imperialistas do Brasil e da Argentina, do seu tempe-

ramento impulsivo, da falta de tino político, incompreensão da política internacional de então, e um excesso de confiança nas possibilidades próprias e de seu povo. O Autor pretendia analisar Lopez e aquela foi a tese central de sua obra.

O Autor chegou a conclusões definitivas sem no entanto ter analisado melhor os diversos países envolvidos na questão.

A Guerra da Tríplice Aliança foi um acontecimento muito complexo, devido à grande diversidade de fatores que influíram nas suas causas: questões internacionais, ideológicas, econômicas, sociológicas e particulares a cada país, etc. E' um trabalho exaustivo e extenso o estudo desse conflito, pois abrange um campo muito grande, e envolve inúmeras responsabilidades.

Não é possível estudar aquela guerra sem fazer um levantamento exaustivo da documentação existente em dois continentes, o que aliás foi esclarecido pelo Autor no início da sua obra.

Sem conhecer com bastante profundidade a história do Império brasileiro, suas tendências e política externa e interna, não é possível chegar a conclusões verdadeiras.

O Prata era naquela ocasião um enorme cadinho, onde estavam em fusão as mais desencontradas tendências. Sem conhecer a história dos países do Prata, naquele momento, também não é possível uma análise mais profunda desses acontecimentos.

Em conclusão, fazendo as necessárias ressalvas atinentes às dificuldades acima anunciadas, podemos concluir que o Autor soube aproveitar os elementos de que dispunha com muita inteligência. Os raciocínios são bem construídos. A forma é quase impecável dentro do estilo do Autor. A colocação de novos problemas são de grande utilidade para o estudioso do assunto e a análise do homem paraguaio é bastante profunda.

Trata-se de uma obra interessante e de utilidade para as pessoas estudiosas do assunto.

VIVALDO W. F. DAGLIONE

*

* * *

FREYRE (Gilberto). — **Ordem e Progresso. Obras reunidas.** 1a. série. Com 37 ilustrações. 2 tomos. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro. 1959.

A República do Brasil, ou melhor, à transição da Monarquia para a República que chegou até a merecer uma “interpretação materialista dialética”, no que concerne à sua **História** (1), e que tem recebido alguns estudos realmente bons, como é o caso da “interpretação burguesa” de José Maria Belo (“História da República”, 1889-1945), tirante as crônicas, histórias narrativas e mesmo análises (A. Carnei-

(1). — Leôncio Basbaum, **História Sincera da República**, de 1889 a 1930, 2 volumes.

rc Leão e outros: “À Margem da História da República” — Evaristo de Moraes: “Da Monarquia para a República” — Visconde de Taunay: “Império e República”, George C. A. Bohrer: “Da Monarquia à República”) e os depoimentos ou análises dos acontecimentos, realizados por pessoas mais direta ou indiretamente ligados aos eventos republicanos (Rui Barbosa “A Queda do Império”, Campos Sales “Da Propaganda à Presidência”, Visconde de Ouro Preto “A Década Republicana”, Anfrísio Fialho “História da Fundação da República do Brasil”, etc.), e ainda as tentativas de interpretações mais ou menos felizes (Oliveira Viana “Queda do Império”, etc.), além dos estudos isolados que vêm sendo feitos ultimamente, de alguns vultos republicanos, a isso tudo faltava a **visão de conjunto** que abarcasse os pormenores nas causas e os grandes efeitos, numa contribuição interpretativa da Sociologia à História do Brasil, para melhor compreensão dos pontos de aproximação e de distância de ambos os regimes. Essa vastíssima tarefa, ingrata e quase desalentadora, pelo cabedal de leituras que exigia, pelo “back-ground” de uma grande erudição, pela sutileza que que a complexa realidade brasileira de então reclama dos estudiosos que enfrentem aquêle período, e pelo próprio **momento histórico** de transição, foi agora tentada por Gilberto Freyre através desta sua última obra.

“Ordem e Progresso” cumpre o vasto plano de um levantamento histórico e de um estudo interpretativo da Família Patriarcal e Semipatriarcal do Brasil, num conjunto de obras, cuja denominação geral será “Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil”. Prossegue ela os estudos de “Casa-Grande e Senzala” (Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal) e “Sobrados e Mucambos” (Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano”, e aos quais seguir-se-á, ainda, “Jazigos e Covas Rasas”) (Sepultamento e Comemoração dos Mortos no Brasil Patriarcal e Semipatriarcal), em três volumes, compreendendo vasta documentação, ilustrações e bibliografia sobre os mesmos assuntos.

Em “Ordem e Progresso”, o Autor se propõe a estudar o Processo de Desintegração das Sociedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o Regime de Trabalho Livre, Aspectos de um Quase Meio Século de Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre; e da Monarquia para a República.

Após esta nota informativa sobre a obra de Gilberto Freyre, iniciada por volta de 1933, passemos a seguir-lhe algumas teses propostas que, procuram se justapor à época histórica de transição do Império para a República (de 1870 a 1920, mais ou menos). }

Para este grande painel debuxado pelo Autor, é evidente que a perspectiva do tempo, mais curta, tornou-se, portanto, mais difícil de ser interpretada no **fato histórico**, mas relativamente mais fácil no **fato sociológico**, ainda que não se possa aduzir com o rigor necessário, neste caso, o senhor Gilberto Freyre como um historiador social ou um sociólogo, que se prolongue em historiador.

A **história social** da família brasileira, ou simplesmente à sua **história**, para a qual têm convergido contribuições como as de Pedro Calmon, Wanderley Pinho e outros, há, em processo quase simultâneo, a **sociologia histórica** da família brasileira, da qual Gilberto Freyre é, na verdade, o mais alto estudioso.

Em ambos os setores, procurar-se-á, é evidente, a **sucessão** histórica e a **simultaneidade** sociológica, a evolução material e o **processo** intelectual e espiritual, para a compreensão de uma **realidade** que se assenta tanto no **tempo**, quanto no **espaço**.

Ambos os aspectos interessam de perto à **História**, pois é evidente que, à **realidade histórica** da família brasileira, situada no tempo e confinada pelos fatores circunstanciais do seu **momento**, corresponde um **processo sociológico** ou psico-social de relações e influências, de tendências e inclinações, de evolução e revolução sob determinados regimes ou sem eles.

À grande importância que dera aos pequenos anúncios, ao epistolário e aos quase-nadas, em sua obra anterior, Gilberto Freyre acresce, sem excluir as outras fontes, como a leitura minuciosa dos jornais da época, nacionais e estrangeiros, e de uma bibliografia estrangeira sobre o Brasil, pouquíssimo referida pelos nossos estudiosos, os depoimentos que recolheu mediante vasto inquérito proposto a quatro gerações de brasileiros, cuja posição social ia desde o vigário ao babilorixá, desde o barão à prostituta de alto coturno, numa provocação dirigida de autobiografias.

Sem sabermos direito se, para sugestão de suas teses e pontos de vista, ou se pelo contrário para confirmá-las, o autor realizou assim, um vasculho de sociologia doméstica, ouvindo confissões **sigilosas**, para compreensão do que é **conhecido**, sucessos **íntimos**, que compõem a aparência **pública**.

Nesse processo, talvez involuntariamente, chegou a aproximar-se da **sociologia estrutural**, no sentido dinâmico da **evolução e revolução** do regime econômico estudado que se responsabilizou, até certo ponto, pela trajetória do fator genésico, isto é, a família brasileira.

E' evidente que Gilberto Freyre não fez **História**, e que pretendeu fazer **Sociologia**, entretanto, suas proposições gerais servem à explicação histórica, e a **sua sociologia**, como tal, permanece mais nas enunciações de sua **tentativa de síntese**, como lastro de um panorama que é acentuadamente **histórico**.

O encaminhamento natural dos seus trabalhos é da Sociologia para a História, no sentido inverso, por exemplo, das proposições enunciadas por historiadores como Renan, Guizot, Fustel de Coulanges, Langlois, Henry Berr e outros, inclusive alguns brasileiros que, em certas explicações históricas, propõem uma interpretação que se dirige para a Sociologia, permanecendo, muitas vezes, num **campo indeciso**, entre esta e aquela.

E' válida, portanto, a recíproca, em ambos os casos de interpretação, desde que pretendemos ser falsa ao sociólogo, a sua posição, quando isolada da História, como preconizam vários sociologistas des-

de os de maior renome até os mais obscuros, ainda que o tempo abstrato e a cronologia não lhes expliquem o **fato**, cuja **singularidade** será elemento de estudo apenas para o historiador, mas cuja **evolução social**, interessará ao sociólogo.

A delicadeza de tais posições é um convite a avelhantado debate que longe de nós está em pretender arrastar a estas linhas.

O que realmente quisemos ressaltar de passagem foram as relações entre a Sociologia e a História que a obra de Gilberto Freyre representa na conexão dos **fatos** e até na **interação** ou **casualidade**, situações que remontam à própria origem da Sociologia, com Augusto Comte. para quem até então **et pour cause** não havia surgido uma **história** verdadeira.

Na interpretação de um fator genésico que sob determinado regime econômico formou-se, evoluiu e acabou por desintegrar-se, guardando, entretanto, sobrevivências no Brasil, e no que esse fator tinha de **típico** residiria o objetivo primordial dos estudos do autor de "Casa Grande e Senzala", nas quais êle procurou, como afirmamos, antes ouvir os depoimentos **individuais**, para recompor o quadro do **conjunto**, na tentativa metodológica que o autor denomina **empatia**, a qual, para muitos, se choca com o rigorismo científico de muitas das modernas escolas sociológicas.

Em sua **Nota Metodológica** o autor procura justificar o título deste estudo que empreendeu, e cuja simples enunciação evoca o dístico positivista inserto na bandeira nacional. Nesse sentido, a **ordem** que presidiu o patrimônio moral e material da **família brasileira** que atravessou a época de transição aqui estudada, identificar-se-ia, no dizer do autor, com a ordem governamental representada, no caso, pela autoridade monárquica. Foi, não resta dúvida, uma tentativa do autor de "Sobrados e Mucambos", de confinar a época estudada sob o lema positivista e republicano, quando êste lema previa a ditadura, como salvaguarda da ordem e do progresso, numa renúncia à violência na laboração do seu processo, o que realmente não se pretendia, mas quase se deu no implante do novo regime, desde que a pressão militar exerceu-se contra o liberalismo da época.

Não podemos, por outro lado, negar que na fase histórica aqui interpretada, o positivismo representou um passo de inquietude mental em nossa formação política e no nosso procedimento intelectual, mas não podemos, por outra feita, superestimar o papel do positivismo na Abolição e na República que foi uma contribuição secundária como nos prova um dos seus grandes estudiosos entre nós (2).

Aliás, Gilberto Freyre gasta tinta demasiado em comparar o papel do Catolicismo com o Positivismo, ainda que reconheça realmente a preponderância da atuação daquele sôbre êste. Na verdade, a importância do Positivismo, quer no sentido político, como em outros sentidos, e mesmo no religioso que é ressaltado pelos seus estudiosos, é no caso **histórica** e nunca **sociológica**.

(2). — João Cruz Costa, **Esboço de uma História das Idéias no Brasil na primeira metade do século XX**, in "Revista de História", n.º 19 e 20. São Paulo.

Para retratar a realidade brasileira na transição dos regimes, o sr. Gilberto Freyre realiza inúmeros sincronismos com as Américas Latina e Inglêsa que na verdade são muito mais históricas que sociológicas, inclusive no julgamento das figuras sôbre as quais diretamente recaiu a responsabilidade da mudança do regime, como ainda na localização dos fatos no tempo e no espaço, se bem que consoante a sua própria confissão, à página 481, do segundo volume, êste ensaio tenha pretensões de “fazer sociologia de história” (sic!).

O período escolhido para a análise feita pelo autor de “Sociologia” oferece as perspectivas de dois acontecimentos de profunda significação para o conhecimento histórico: o primeiro de ordem **social** e de inegáveis repercussões econômicas e sociológicas, o segundo **político**, encerrando um regime que se entrosava na própria formação da nacionalidade. O primeiro a **Abolição**, o segundo a **República**.

A êsse período que encontrou em José Maria Belo um analista inteligente, o autor de “Quase Política” oferece agora os pormenores para o grande painel.

Ainda que nem todos êsses pormenores possam ser aproveitados pelos historiadores do futuro, entretanto, já o seu levantamento constitui obra de muita valia para a História, se bem que esta é quem tenha, realmente, prestado inestimável colaboração ao estudo aqui empreendido.

Assim, o **processus** de transformações políticas, sociais e humanas, pelo qual passou a nação e os brasileiros pode ser revisto nas sua partes e no seu todo, para se compreender a transição da Ordem e do Progresso no conjunto nacional subjetivamente imaginado, ainda que possamos contemplar, sentir ou compreender, no caso, resquícios de uma realidade objetiva que permanece, isto é, aquela que se salvou na desintegração da Sociedade Patriarcal, e que não será difícil de ser identificada numa vivência contemporânea.

Gilberto Freyre atingiu técnicas de observações, de análise, de investigação e pesquisa, numa precedência realmente notável entre nós. Entretanto, para muitos dos seus críticos, o empirismo de sua obra não atinge o mesmo requinte no teorizar dos seus estudos, principalmente, no que diz respeito ao rigorismo que os princípios formais e o caráter especialmente científico da Sociologia atingiram com os seus modernos tratadistas, principalmente, quando a esta se juntam as contribuições da Psicologia e da Antropologia, como se dá nesta obra.

A êste debate o autor não se esquivou, pois dêle se ocupou longamente afirmando não pretender o seu critério de estudo **empático**, segundo a própria denominação que encontrou, outra coisa senão tentar a **projeção humana** num sentido muitas vêzes olvidado pelas ciências do homem, o que na verdade achamos digno de uma teoria bem brasileira de exposição, dentro dessa **sociologia proustiana** de que nos fala o prof. Roger Bastide.

Nesse sentido, apreciariamos que o autor, se já não o fêz, desse a lume as perguntas que compunham o seu inquérito, o que permitirá inclusive mais elementos para o julgamento desta sua obra dentro

da progressão dinâmica, revolucionária, de uma quase intolerante precisão a que chegou a Sociologia em nossos dias, principalmente com as contribuições inglesas e norte-americanas, onde, aliás, fêz-se a formação do autor de "Ingleses no Brasil".

No tocante a êsse inquérito, Gilberto Freyre chega a conclusões interessantes, realizando um levantamento tão a seu gôsto de usanças e modas as mais exóticas, como as promessas, a pirotecnia, os anéis de grau de diferentes côres, uso êste peculiar ao Brasil, segundo o Autor, e que ainda agora nos países do Prata, permitiu-nos verificar a surpresa e admiração que causava, quando observado em nossas mão e logo interrogado sôbre a sua origem, as revelações sôbre a medicina popular, o estudo da causa acentuadamente **feminina**, um subconsciente (se assim pudermos falar) desejo de patriotismo que se aproxima das aspirações dos cavaleiros medievos (evidentemente que esta assertiva é de nossa autoria, e aqui vai apenas como fôrça de expressão), a posição dos genros, a importância do bonde ou do dente de ouro, do **pince-nez** ou da côr do bigode dos republicanos, ou ainda a substituição do penico pelo bidê a um mar da quase-nadas, são aqui arrolados.

No afã dêsse minudente registo o autor confirma as suas qualidades de arguto observador, mas muitas vêzes as mesmas residem apenas nessa condição, pôsto que em inúmeras ocasiões há, na obra, apenas a consignação dos costumes, atitudes ou modas, sem qualquer estudo ou tentativa de interpretação. Também muita coisa não mereceria, por outro lado, demorado exame, como, por exemplo, o fato de um nordestino que emigrou para o sul devido a um **desgôsto íntimo**, etc.

O desejo de aproveitar os depoimentos o mais possível, é que talvez tenha levado o Autor a essas falhas.

Nesse sentido, Gilberto Freyre nos dá impressão, algumas vêzes, que lançou mão de um depoimento ou trecho expressivo daqueles que recolheu, a **posteriori**, isto é, disserta em tôrno de um fato social e depois cita uma prova documental que mostra **ipsis litteris** a sua tese. Assim, em vez de comentar ou interpretar o documento em si, êle que já o leu, apanha o que salta à vista do mesmo, apenas para a confirmação do que expôs. Não sabemos, se realmente, fizemo-nos entender com o que afirmamos acima, mas na verdade, foi essa a impressão que tivemos ao ler inúmeras páginas, principalmente do segundo volume de "Ordem e Progresso".

Nesta obra que é riquíssima em sugestões, o aparato bibliográfico, a erudição e muitas vêzes a inegável agudeza da análise diante de certos acontecimentos são qualidades que nos chamam a atenção.

Quanto às ilustrações, algumas estão mal colocadas, ainda que fora do texto, pois não se referem nem mesmo ao assunto geral, previsto no título do capítulo.

Para os problemas de relações entre negros e brancos em nosso país, os resultados a que chegou o autor sôbre a predileção, ou possível aversão ou eventual reação, no caso de casamentos de um mem-

bro da família (em geral filho (a) ou irmão (a)) com pessoa de côr diferente que, no caso dos brancos não era tolerada, mas por parte dos pretos era “prazerosamente” aceita, serão muitos proveitosos para estudos futuros.

O desenvolvimento do estudo em tórno do 15 de novembro, no seu aspecto político, é mesmo **político**, isto é, histórico nos seus elementos de conexão, na sua “casuística” e nas suas conseqüências.

Contra o progresso americano a **monarquia** brasileira era um **arcaísmo**, mas, entretanto, as influências sociais, econômicas e religiosas vinham mais da Europa que da América, ainda que de países mais republicanos que monárquicos. E, efetivamente, como nos explica o sr. Gilberto Freyre, o único exemplo que nesse sentido era digno de ser seguido na América, era o dos Estados Unidos que, por sinal, tinham **relativo** aprêço pela **unidade monárquica** brasileira.

E’ estudada a identificação relativa que se dá entre a Ordem (Império) e o Progresso (República), como concausas de uma transição, ainda que não se pretendesse o progresso, com a desordem, como nos lamentáveis exemplos de que já se ressentiam os demais países latino-americanos que tentaram **aquêle** e conseguiram **esta**, ou quando não, implantaram uma ditadura que era mais monárquica, no sentido despótico, do que a própria monarquia.

Afinal, com a mudança, o que mais se temeu, aqui como lá fora, foi mesmo pela **ordem** daquela República que necessitou, até certo ponto, **ser monárquica**, principalmente nos exemplos que precisavam ser seguidos.

E’ aqui que o Autor acaba por transformar numa das teses centrais desta sua obra, êsse problema da permanência da Monarquia, em muitos dos seus elementos e usos, através das primeiras décadas da primeira República, o que na verdade constitui uma realidade indiscutível, de elementos históricos flagrantes e universais, uma vez que em tôdas as mudança sde regimes ou governos, por mais severo que seja o processo dessa mudança (o que, aliás, não se deu no implante de nossa República), permanecem dois grupos ou opiniões em conflito, desde que se trata de **mudança**, o que em outras palavras sempre importa no espírito de conservação adotado pelos adeptos do regime deposto, como também, na sua reação maior ou menor, mas sempre existente ainda que dissimulada diante da **nova ordem** e dos **novos progressos**.

Em algumas passagens o Autor não consegue fazer com que o seu leitor fique ausente de interrogações, como quando se referindo à insatisfação dos paulistas com as interferências políticas do governo central, afirma que essa insatisfação “...de 1926 a 1936 **dividiu** o próprio São Paulo em dois” (**sic!**) (à página 403 do II volume). Aliás, o estudo que o Autor empreende do desvio da hegemonia do Norte para o Sul é rico em sugestões, não podendo, entretanto, ser aceito em boa parte dos seus argumentos.

Gilberto Freyre trata alguns velhos temas sob novos ângulos e tecla novamente, outras vezes, argumentos já sovados em tórno de velhos assuntos também.

A retificação de juizes a respeito de certos homens públicos oferece novas dimensões para o seu papel histórico, para usar de uma expressão bem cediça.

Como se trata de uma época (a estudada) relativamente recente, cujas repercussões conforme a área do país, deitam presença até agora, e sob as quais as nossas últimas gerações se fizeram homens, o estudo de Gilberto Freyre pode ser discutido, mas nunca negado, pois realmente a nossa primeira República ainda não mereceu o trato de estudo científico que realmente ela requer. Como é o caso do republicano Francisco Glicério, por exemplo, ao qual se referindo amiúde, o Autor de "Interpretação do Brasil" fez mais que muitos historiadores, apesar do pouco que fez, que não têm dado importância ou estudado com mais atenção o papel do **general campineiro** que, para José Maria Belo foi um espécie de "Condestável da República".

Tendo um estilo próprio, o qual não se designa em estudar até uma cantiga de roda ou os murmúrios de uma alcova, o Autor de "Problemas Brasileiros de Antropologia", vem, mais uma vez, provocar aplausos e criticas extremadas com este seu estudo sobre uma época, caracteristicamente de transição, quando havia uma atitude de displicência que até mesmo as classes conservadoras assumiam diante da causa republicana, não morrendo de amores por ela, mas, também, não a impedindo, enquanto os recém-libertos e algumas camadas ainda de insuflação monárquica se ressentiam com o desmornamento do Império.

Afinal o que se conclui, através desta exposição do Autor, é uma certa descrença que essa época representou para a História, isto é, desencôntro de costumes, confusão de valores, integração forçada e forçosa de elementos adventícios.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

* * *

JOHNSON (John J.). — **Political Change in Latin America. The Emergence of the Middle Sectors.** Stanford, Califórnia, Stanford University Press, 1958, xiii + 272 págs.

Há, no Brasil em geral, a tendência de exagerar-se as diferenças que o separam das demais nações latino-americanas e frequentemente provocam irritações as apressadas generalizações dos cidadãos dos Estados Unidos que englobam num mesmo conceito e numa idêntica imagem os povos ao sul do Rio Grande. Admitindo-se a existência de diversidades culturais e mesmo de dissemelhanças no desenvolvimento histórico, não deixa de ser útil e esclarecedor para o próprio conhecimento da realidade brasileira, ressaltar certos aspectos fundamen-

tais que unem as repúblicas ibero-americanas e que revelam certa identidade de destino. E' esse justamente um dos grandes méritos da autorizada obra de John J. Johnson: mostrar uma América Latina uma quanto ao sentido do seu desenvolvimento político, embora distinta quanto aos métodos adotados pelos respectivos países ao tentar realizar seus objetivos e seus ideais.

Dedica o Autor os três capítulos iniciais e o último ao estudo conjunto da América Latina, reservando cinco para a análise respectiva do Uruguai, Chile, Argentina, Brasil e México. Prefere o termo **setor a classe**, pois dada a sua heterogeneidade não há propriamente nesses setores médios uma consciência de classe. Certas características comuns, como a sua urbanização e seu nacionalismo e certa identidade quanto aos objetivos como a industrialização e o bem-estar social apoiados na intervenção estatal, conferem-lhes uma coesão política que justifica sejam englobados elementos díspares pertencentes às profissões liberais, ao clero, às forças armadas, ao comércio, à indústria e mesmo, eventualmente, ao operariado. Dentro desse setor médio predominou, conforme a época, a influência de determinado elemento. Ora é justamente o papel crescente, dentro dos setores médios, dos líderes comerciais e industriais como **decision-makers** de nível nacional, o tema proposto pelo Autor.

De particular interesse para o historiador é a indicação de uma certa continuidade ideológica entre o elemento urbano da época da Independência e os setores médios atuais. Estes, como os primeiros, favorecem o regime representativo e defendem a liberdade constitucional, filiando-se à corrente liberal. Um liberalismo, porém, que renunciou ao **laissez-faire**, que clama pela intervenção estatal para atingir os fins que se propôs, um liberalismo em que, por causa da necessidade de compromissos com o setor proletário, o acento coloca-se mais na igualdade social, do que numa "divisão eqüitativa" da responsabilidade e do poder públicos. Certos desenvolvimentos atuais em algumas repúblicas latino-americanas parecem dar razão ao Autor e nos induzem a inferir a possibilidade dos setores médios, ou melhor dos seus elementos propriamente capitalistas (térmo que o Autor evita empregar), isto é, os industriais e comerciantes, terem defendido a intervenção estatal com a finalidade oportunista de desalojar do poder a aristocracia rural. Uma vez conseguido seus intentos, começam a revelar suas inclinações liberais na defesa da iniciativa privada.

Embora o tema da obra seja precipuamente o predomínio crescente dos interesses comerciais e industriais no cenário político da América Latina, teria sido do maior interesse se o Autor tivesse expandido considerações mais demoradas e oferecido maiores esclarecimentos sobre o papel da **Intelligentzia** nessa política. Ele a inclui positivamente nesse setor médio. Ora se na época da Independência essa **intelligentzia** estava una e coesa, hoje não estará dividida? Prevalecerá ainda nela o ideal dos Libertadores? Para o Autor a perspectiva parece delinear-se nesse sentido, pelo menos num futuro previsível.

Baseia, entretanto, suas conclusões, não na força intrínseca do liberalismo como ideologia, mas nos interesses dos setores médios, particularmente dos segmentos comerciais e industriais. Seria válido restringir a análise do problema a êsse aspecto de simples interesses econômicos? Não seria oportuno e de grande alcance para o conhecimento da realidade política, principalmente em se tratando de latinos-americanos e de sociedades fortemente tradicionalistas, verificar a força de certas idéias, de certos princípios, de certos valores, sejam êles de cunho conservador ou liberal? Até que ponto favoreceram ou, ao contrário, dificultaram o presente desenvolvimento político das repúblicas latino-americanas? Saliênta o Autor o papel do clero e do exército. Ora clero e exército são grupos fortemente influenciados por doutrinas e princípios, o que é suficiente para indicar a grande importância de um estudo do fator ideológico no panorama político da América Latina.

Essas considerações não invalidam, nem de longe, o brilhante estudo de John J. Johnson. Demonstram, pelo contrário, o grande interesse despertado pelas questões que aborda. Oferece-nos, além do mais, uma excelente bibliografia crítica.

NÍCIA VILLELA LUZ

*

* *

PESQUISAS. — Órgão do Instituto Anchieta de Pesquisas. Seção
A — Ciências Históricas — Pôrto Alegre.)

A revista "Pesquisas", "publicação de permuta internacional", enviou-nos seu terceiro volume do ano de 1959 .

Neste volume são estudados aspectos interessantes sôbre as Reduções guaraníticas e também aspectos etnográficos da ilha de Santa Catarina. Além dos quatro artigos sôbre os assuntos acima anunciados, há um capítulo dedicado a resenhas bibliográficas e um sumário de publicações recebidas.

E' a revista uma publicação que vem preencher uma lacuna no campo da bibliografia sul-americana, o que aliás está fazendo com grande maestria.

VIVALDO W. F. DAGLIONE